



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DESEMBARGADOR ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES

azul), usando os nomes dos “laranjas” **Valmir Alves da Silva** e **Luiz de Sousa Ramos**, crimes com previsão, em tese, , no Art. 299, parágrafo único, do Código Penal, que teriam ocorrido pelo menos nos meses de janeiro a junho de 2007, cujas provas da materialidade repousam às fls. 83/107, 111/129 e 198/200, com autoria definida do Sr. **Josimar da Costa e Silva**, ordenador da despesa, **Valmir Alves da Silva** e **Luiz de Sousa Ramos**, que concorreram para o suposto crime (Art. 29 do CP), e dele tiraram proveito econômico d1) **Desvio de rendas do município** pela locação de um veículo ao Sr. **JÚLIO MENDES DA SILVA**, quando o veículo, uma Toyota Bandeirante, pertence ao Governo do Estado, crime com previsão, em tese, no Art. 1º, I, do Decreto-lei nº 201/67, que teria ocorrido pelo menos nos meses de fevereiro a junho de 2007, cuja prova da materialidade repousa às fls. 134/149, com autoria definida do Sr. **Josimar da Costa e Silva**, ordenador da despesa, e **JÚLIO MENDES DA SILVA**, que concorreu para o suposto crime (Art. 29 do CP), e dele tirou proveito econômico;

e) **Desvio de rendas do município** pela exibição de recibos (4x9.500,00=38.000,00 – trinta e oito mil reais), por serviços médicos não prestados pelos profissionais **BRUNO DE CASTRO FERNANDES EPITÁCIO**, **HORMONE**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DESEMBARGADOR ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES

OLIVEIRA RODRIGUES, RONY MAX CIPRIANO SARAIVA E GENIVAL JOAQUIM DE MOURA, não integrantes do quadro de profissionais do Programa de Saúde da Família de Pavussú-PI, , crime com previsão, em tese, no Art. 1º, I, do Decreto-lei nº 201/67, que teria ocorrido no dia 30 de abril de 2007- empenhos anteriores aos recibos e às notas fiscais que são do dia 02.04.07), cujas provas da materialidade repousam às fls. 157/168, com autoria definida do Sr. **Josimar da Costa e Silva**, ordenador da despesa, e BRUNO DE CASTRO FERNANDES EPITÁCIO, HORMONE OLIVEIRA RODRIGUES, RONY MAX CIPRIANO SARAIVA E GENIVAL JOAQUIM DE MOURA, que concorreram para o suposto crime (Art. 29 do CP), e dele tiraram proveito econômico ;

f) Desvio de rendas do município e falsidade ideológica pela exibição: f1) de nota fiscal e recibo pelos serviços de Francisca Regina da Silva Oliveira no planejamento, atualização cadastral dos contribuintes, digitalização e confecção de carnês do IPTU/2007, no valor de R\$ 6.610,00 (seis mil, seiscentos e dez reais). Os serviços teriam sido prestados, em verdade, pela GRÁFICA CÁKITUS, de Teresina. Some-se o fato de que a Senhora Francisca Regina da Silva Oliveira é funcionária do escritório de



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
 GABINETE DO DESEMBARGADOR ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES

contabilidade de **Antônio Ribeiro Paiva**, Controlador Geral do Município de Pavussú-PI, e que se localiza em Teresina – data do fato 30-01-2007- fls. 170/171; **f2)** pelo pagamento de gratificação do cargo de Secretária de Assistência Social à Senhora **Francisca Regina da Silva Oliveira** que, repita-se, é funcionária do escritório de contabilidade de **Antônio Ribeiro Paiva**, Controlador Geral do Município de Pavussú-PI, localizado em Teresina, sem que ela tenha prestado serviços ao município- fls. 722/726; **f3)** pela exibição de notas e recibos no valor de R\$ 14.752,00 (quatorze mil e setecentos e cinquenta e dois reais), em nome de FRANCISCO GILMÁRIO PARAGUAI LUSTOSA, pessoa desconhecida no município, por serviços nunca prestados- data 30-03-2006 (empenho com data anterior ao recibo e a nota-20-03-2006)- fls. 172/177; **f4)** pela exibição de notas e recibos no valor de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), em nome de JOSÉ WELLINGTON CIPRIANO ARAÚJO, por serviços mecânicos nos carros do município, quando este é de todos conhecido na cidade como protético (confecciona prótese dentária), nunca havendo trabalhado com mecânica- data 28-12-2006, empenho anterior ao recibo e a nota-22-12-2006- fls. 178/180 e 678/679; **f5)** pela exibição de notas e recibos no valor de R\$ 14.900,00(quatorze mil e novecentos reais), em nome de JOSÉ RORIGUES DE MIRANDA NETO, pelos serviços de recuperação da ponte



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DESEMBARGADOR ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES

sobre o Riacho Xixá. O emitente do recibo é o motorista do então prefeito, **Josimar da Costa e Silva**, e nunca trabalhou com construção civil, data 30-01-2007- fls. 180/182; **f6)** pela exibição de recibo e nota fiscal no valor de R\$ 12.350,00 (doze mil, trezentos e cinquenta reais) em nome de **Gessimar da Costa e Silva**, irmão do então Prefeito, pelos serviços nunca executados na reforma da Escola Manoel Alexandre, em 30-01-2007 – fls. 183/185; **f7)** exibição de notas fiscais e recibos em nome de GILMAR SIQUEIRA MARTINS- 16-02-2007 (fls. 187/190), ADAILTON MIRANDA DE CARVALHO- 28-12-2006 (fls. 192/195) e GILDEMAR RODRIGUES DO NASCIMENTO- 10-02-2006(fls. 202/203), referentes a serviços que verdadeiramente foram executados pela CONSTRUTORA REALIZA LTDA ao preço de R\$ 56.546,00 (cinquenta e seis mil, quinhentos e quarenta e seis reais)- fls. 204/206, crimes com previsão, em tese, no Art. 1º, I, do Decreto-lei nº 201/67 e Art. 299, parágrafo único, do Código Penal, com autoria definida do Sr. **Josimar da Costa e Silva**, ordenador da despesa, e **Francisca Regina da Silva Oliveira, Antônio Ribeiro Paiva, FRANCISCO GILMÁRIO PARAGUAI LUSTOSA, JOSÉ WELLINGTON CIPRIANO ARAÚJO, JOSÉ RORIGUES DE MIRANDA NETO, Gessimar da Costa e Silva, GILMAR SIQUEIRA MARTINS, ADAILTON MIRANDA DE CARVALHO e**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DESEMBARGADOR ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES

GILDEMAR RODRIGUES DO NASCIMENTO, que concorreram para o suposto crime (Art. 29 do CP), e dele tiraram proveito econômico;

g) Desvio de rendas publicas: g1) pelo pagamento de remuneração mensal no valor de R\$ 10.835,69 (dez mil, oitocentos e trinta e cinco reais, sessenta e nove centavos) ao **Sr. Antônio Ribeiro Paiva**, Controlador Geral do Município de Pavussú-PI, valor este bem superior ao subsídio do prefeito e sem autorização legal, pelo menos nos meses de junho e julho de 2007 – fls. 206/212; **g2)** pelos pagamentos feitos a servidores que nunca prestaram serviços ao município, a saber: **DIONY KESSY DE LIMA PAIVA**, filho do Controlador Geral **Antônio Ribeiro Paiva**, no valor mensal de R\$ 5.029,11 (cinco mil, vinte e nove reais e onze centavos), pelo menos nos meses abril a julho de 2007 – fls 214-221); **Marcolina Maria de Jesus Neta**, esposa do Controlador Geral **Antônio Ribeiro Paiva**, no valor mensal de R\$ 5.201,04 (cinco mil, duzentos e um reais e quatro centavos) – há prova de janeiro de 2007 – fls. 224; **Luciana Alves de Sousa**, secretária particular do Controlador Geral do município, no valor mensal de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), há prova de janeiro de 2007, fls. 224; **WILLAME PARAGUAI**



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
 GABINETE DO DESEMBARGADOR ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES

LUSTOSA, motorista particular do Controlador Geral **Antônio Ribeiro Paiva**, no valor mensal de R\$ 667,00 (seiscentos e sessenta e sete reais), janeiro de 2007, fls. 225; g3) pela exibição de recibos e notas em nome **JOSÉ RIBEIRO PAIVA**, irmão do Controlador Geral **Antônio Ribeiro Paiva**, no valor de R\$ 28.760,00 (vinte e oito mil, setecentos e sessenta reais), em 30-01-2007 – fls. 231/233, correspondente a abertura da estrada que liga o Povoado Jatobá à sede do município, serviço esse não prestado; g4) pela exibição de recibos e notas em nome **Renato Pacheco da Silva**, também motorista do Controlador Geral **Antônio Ribeiro Paiva**, no valor de R\$ 15.360,00(quinze mil, trezentos e sessenta reais), dividido em duas parcelas, 31-05-2006 e 16-02-2007, fls.234/238, correspondente à manutenção de veículos, serviço esse não prestado, crimes com previsão, em tese, no Art. 1º, I, do Decreto-lei nº 201/67, com autoria definida do Sr. **Josimar da Costa e Silva**, ordenador da despesa, e **Antônio Ribeiro Paiva**, **DIONY KESSY DE LIMA PAIVA**, **Marcolina Maria de Jesus Neta**; **Luciana Alves de Sousa**, **WILLAME PARAGUAI LUSTOSA**, **JOSÉ RIBEIRO PAIVA** e **Renato Pacheco da Silva**, que concorreram para o suposto crime (Art. 29 do CP), e dele tiraram proveito econômico;



TRIBUNAL DO JUIZADO - PI

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DESEMBARGADOR ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES

h) **Desvio de rendas do município** com obras inexistentes: **h1)** pela exibição de nota fiscal e recibo no valor de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), em nome de VALDEMIRA BARBOSA MIRANDA, pela recuperação da ponte sobre riacho na localidade Macaubeira. Na localidade não existe o riacho nem ponte; a Senhora VALDEMIRA é dona de casa que vive para cuidar dos dois filhos menores, um deles de colo, fato ocorrido em 28/12/2006 – fls. 240/242; **h2)** pela exibição de nota fiscal e recibo em nome de ANTÔNIO CARLOS SOARES DA SILVA, pela recuperação da ponte sobre riacho da Pintada, no valor de R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), fato ocorrido em 31/10/2006, fls. 243/245. Na localidade não existe qualquer riacho. A obra não tem como ter sido realizada, Crimes com previsão, em tese, no Art. 1º, I, do Decreto-lei nº 201/67, com autoria definida do Sr. Josimar da Costa e Silva, ordenador da despesa, VALDEMIRA BARBOSA MIRANDA e ANTÔNIO CARLOS SOARES DA SILVA;

i) Falsidade ideológica e desvio de rendas públicas na emissão fraudulenta de contra-cheques falsos usados na obtenção de empréstimos pessoais em nome de servidores junto ao BANCO MATONE, bem como o pagamento de parte deles mediante consignação em folha, com rendas do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DESEMBARGADOR ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES

município, operando-se, para isso, aumento ilegal e desproporcional no valor do subsídio do servidor. Dívida contratada originariamente no valor de R\$ 122.298,70(cento e vinte e dois mil, duzentos e noventa e oito reais, setenta centavos)- documento de fls. 430/440, em nome de ANTONIO RIBEIRO PAIVA, FRANCISCO ALVES DE MIRANDA, GESSIMAR DA COSTA E SILVA, JEFFERSON DA COSTA E SILVA, JOSE ALVES DOS SANTOS, JOSIMAR DA COSTA E SILVA, LUIZ DE SOUSA RAMOS, RIBAMAR DE SOUSA E SILVA, SILVIO DE ALMEIDA SILVA SOBRINHO, VALDEMAR DA COSTA E SILVA, MARIA MARLI DA COSTA E SILVA, NILSINEZ ALVES DE SOUSA ALMEIDA E MARCELO DE SOUSA E SILVA, conforme relatório de fls. 442. Crimes com previsão, em tese, no Art. 1º, I, do Decreto-lei nº 201/67 e Art. 299, parágrafo único, do Código Penal, com autoria definida do Sr. **Josimar da Costa e Silva**, subscritor do Convênio com o BANCO MATONE e ordenador da consignação na folha de pagamento da Prefeitura, além de ser autor intelectual e executor da trama criminosa, em concurso com o Controlador Geral do Município, Sr. **Antônio Ribeiro Paiva**, consoante depoimentos de fls. 258/260, 680/682, 685/686, 692/693 e confissões de fls. 718/721 e 722/726;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DESEMBARGADOR ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES

j) **Realização de despesas com dispensa de licitação, fora das hipóteses legais, e fraude a processo licitatório**, crimes previstos nos Arts. 89 e 90, da Lei 8.666/93, cuja materialidade e autoria, imputável ao ex-Prefeito **Josimar da Costa e Silva**, ordenador das despesas, ao Controlador Geral do município, **Antônio Ribeiro Paiva**, que forjava os processos, como consta do depoimento de JORGE BARBOSA SILVA, Presidente da Comissão de Licitação, fls. 255/256 e confissões de fls. 718/721 e 722/726;

l) **Formação de quadrilha**. Este crime, previsto no Art. 288 do Código Penal, é o que a doutrina classifica como formal, não deixando vestígio, sendo sua materialidade revelada pela prova da existência dos crimes para os quais o bando se organizou, no caso, os crimes de peculato (responsabilidade - Art. 1º, I, do Decreto-lei nº 201/67), falsidade ideológica (Art. 299, parágrafo único, do Código Penal), falsificação de documento público (Art. 297, §1º do Código Penal), dispensa ilegal e fraude a processo licitatório (Arts. 89 e 90 da Lei 8.666/93). Sobre este crime, calha transcrever trecho da denúncia: *“Os réus criaram e mantiveram em funcionamento uma organização criminosa vocacionada ao desvio de recursos públicos durante a gestão do Prefeito JOSIMAR DA COSTA E SILVA, em especial*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DESEMBARGADOR ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES

aqueles geridos pela Prefeitura Municipal de Pavussú. Para assegurar êxito ao seu propósito, era indispensável ter sob o controle a Câmara Municipal de Pavussú-PI, mais precisamente na pessoa de seu Presidente FRANCISCO FERREIRA FERRO, genro do Prefeito, e que também anteriormente exerceu a função de Secretário de Finanças da Prefeitura, responsável exatamente pelo exame e aprovação das contas daquela Prefeitura, onde o Prefeito contava ainda com a participação do vereador FÁBIO ALVES GOMES, que também participava do 'esquema', ajudando a votação para a aprovação das contas, além de ser sabedor de todas as falcatruas.

Também era necessário contar com a participação pessoas de suas confianças, pois os outros integrantes eram parentes tanto do Prefeito quanto do Controlador do Município (esposa, irmãos, filho), e na maioria fazia parte do Secretariado, além de pessoas de confiança, muito próximas aos líderes/acusados (prefeito e controlador), a exemplo de alguns motoristas aqui denunciados, que também participavam como 'laranjas', sendo todos sabedores do intento criminoso.

Todos esse dados evidenciam a estabilidade e a permanência da organização criminosa, ressaltando que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DESEMBARGADOR ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES

funcionou ao longo e durante a gestão do ex-Prefeito, bem como o ajuste de propósitos entre os seus integrantes, como ficou bastante evidente do conjunto probatório dos autos. Portanto, havia a unidade de desígnios dos agentes, o vínculo existente entre os acusados era bastante estreito, além de também haver uma hierarquia, encabeçada pelo ex-Prefeito e pelo controlador do Município, tudo com o objetivo de organizar-se para prática indiscriminada de delitos”(fls. 867/868).

Sobre a **autoria** dos crimes cabe, aqui, a transcrição de alguns depoimentos tomados ou inseridos no inquérito policial:

JORGE BARBOSA DA SILVA, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Pavussú-PI (fls. 255/256):

“QUE é funcionário da Prefeitura de Pavussú, e que atualmente é Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Pavussú; QUE desde 2005 faz parte da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Pavussú, primeiro como membro, depois como secretário e agora como Presidente; Que o Controlador do Município é que faz todo o procedimento licitatório e o depoente apenas assina os documentos que o Controlador do Município traz pronto; QUE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DESEMBARGADOR ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES

o nome do Controlador do Município é ANTÔNIO RIBEIRO PAIVA...”

“... que não lia qualquer documento referente a licitações do Município, porque o Controlador dizia ao depoente que não precisava ler nada, apenas assinar; QUE era o próprio Controlador do Município que fazia as propostas de preços em nome das empresas licitantes...”

.....

“QUE o depoente recebeu sete processos agora este mês de novembro alterando os resultados dos processos licitatórios que já tinham sido feitos no início do ano de 2007, para contratação de veículos para as Secretarias de obra, educação, saúde administração e assistência social e que alguns destes processos que recebeu agora vinham com data do mês de fevereiro de 2007; QUE um destes processos que vieram agora no mês de novembro foi referente à contratação da caçamba em nome do Sr. Valmir Alves da Silva, que no início do ano havia ganho(sic) a licitação e agora veio um novo procedimento para o depoente assinar onde o Sr. Valmir Alves da Silva perdia a licitação...”